

Construction politique et sociale des Territoires

Cahier n°4 - octobre 2015

La Mouraria à Lisbonne : les usages du patrimoine et de la mémoire dans les quartiers populaires centraux

**A génese traumática do património em Lisboa:
símbolos e representações
urbanas nos bairros típicos depois do terremoto de 1755**

Daniel MALET CALVO



A génese traumática do património em Lisboa: símbolos e representações urbanas nos bairros típicos depois do terremoto de 1755

Daniel MALET CALVO

*Investigador de Pós-Doutoramento (BPD-FCT) em Antropologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia*

Resumo : A cidade de Lisboa nasceu no que hoje conhecemos como os bairros orientais, aqueles que povoam as encostas da Colina de São Jorge (Castelo, Alfama, Mouraria). Durante a Idade Média e depois com o Renascimento e a crescente importância do império marítimo português a cidade cresce e se espalha pelos vales dos arredores e sobretudo pela orla marítima. Nesta nova cidade que desceu da sua colina originária forma-se uma bipolarização urbana entre dos espaços centrais: O Rossio (que representa a cidade medieval e popular ligada ao mundo rural imediatamente adjacente) e o Terreiro do Paço (que representa o poder da Coroa e das instituições no nascente império marítimo). Depois do terremoto de 1755 o Marquês de Pombal, responsável pela reconstrução da cidade, altera este antigo ordem sócio-urbanístico desnaturalizando o espaço de representação popular da cidade, o Rossio. O crescimento da cidade de Lisboa os séculos XVIII e XIX vai ser assim organizado por uma nova bipolarização em duas grandes avenidas, marcadas ao mesmo tempo pelas novas categorias sociais da época: Avenida da Liberdade como espaço burguês e Avenida Almirante Reis como artéria operária. Nesta cidade moderna que cresce e se urbanizava para o seu interior os autores românticos começam a imaginar a autenticidade perdida

desde a reforma pombalina nos bairros antigos, aqueles que se situam nas encostas da colina do Castelo. Neles, as antigas estruturas urbanísticas medievais (muitas vezes reconstruídas) e o florescimento de práticas e géneros de raiz popular (muitas vezes estimulados pela presença de camadas populacionais procedentes do interior de país) alimentarão esta imagem dos bairros antigos como lugares transbordantes de autenticidade. De forma crescente desde o Estado Cultural do novecentos, as instituições e as administrações tentaram aproveitar a vitalidade destas manifestações populares para legitimar a sua governabilidade. Dois exemplos são bem manifestos deste intento de manipulação dos materiais simbólicos da cidade pelo proveito das autoridades: 1. A natureza inatingível do Fado como canto popular gerado nas margens da cidade e desde a marginalidade das camadas mais desfavorecidas. 2. As Marchas Populares como manifestação domesticada da singularidade dos bairros que compõem a cidade. Assim, Fado e Marchas Populares serão manifestações ligadas à criatividade popular dos bairros antigos, e desta maneira constituirão materiais simbólicos desejados pelas autoridades desde que o urbanismo pós-pombalino gerou o imaginário de duas cidades separadas: A cidade nova – moderna - centro marcada pela reforma

Pombalina e as suas evoluções oitocentistas (racional, ordenada, cosmopolita, autoritária) e o seu oposto, a cidade antiga – bairro (caótica, familiar, comunitária, popular).

Palavras chaves: Terremoto de 1755, Baixa Pombalina, Bairros Antigos e Típicos, Fado, Patrimonialização

Résumé : *La ville de Lisbonne est née dans ce qui est désigné aujourd’hui comme les quartiers orientaux, ceux qui s’étalent sur les pentes de la Colline de S. Jorge (Castelo, Alfama et Mouraria). Durant le Moyen âge, et après la Renaissance avec la croissance importante de l’empire maritime portugais, la ville croît et s’étend à travers les vallées voisines et surtout le long du rivage maritime. Dans cette nouvelle ville se forme - à partir de sa colline originel - une bipolarisation urbaine entre deux espaces centraux : le Rossio (qui représente la ville médiévale et populaire liée au monde rural immédiatement adjacent) et le Terreiro do Paço (qui représente le pouvoir de la couronne et celui des institutions naissantes de l’empire maritime). Après le tremblement de terre de 1755, le Marquis de Pombal, responsable de la reconstruction de la ville, altère cet ancien ordre socio-urbain et dénature l’espace de la représentation populaire de la ville : le Rossio. La croissance de la ville de Lisbonne aux 18^e et 19^e siècles va donc être organisée à travers cette nouvelle bipolarisation entre deux grandes avenues, marquées en même temps par les nouvelles catégories sociales de l’époque : l’avenue de la Liberté, comme espace bourgeois et l’avenue Almirante Reis, comme artère ouvrière. Dans cette ville moderne qui croissait et s’urbanisait vers son intérieur, les auteurs romantiques commencent à imaginer l’authenticité perdue depuis la réforme pombaline dans les quartiers anciens, ceux qui se situent sur les pentes de la colline du Château. Là, les anciennes structures urbaines médiévales (le plus souvent reconstruites) et le fleurissement de pratiques et genres aux racines populaires (souvent stimulées par la présence de couches de peuplement venant de l’intérieur du pays) ont alimenté cette image de quartiers anciens avec des lieux débordant d’authenticité. De forme croissante depuis l’Etat Culturel dix-neuviémiste, les institutions et les administrations ont tenté de profiter de la vitalité de ces manifestations populaires pour légitimer sa gouvernabilité. Deux exemples sont manifestes de cette volonté de manipulation des matériaux symboliques de la ville au profit des autorités : 1/ la nature intangible du Fado comme chant populaire géré dans les*

marges de la ville et à partir de la marginalité des couches les plus défavorisées. 2/ Les Marches Populaires comme manifestation domestique de la singularité des quartiers qui composent la ville. Ainsi les Fado et les Marches Populaires vont devenir des manifestations liées à la créativité populaire des quartiers anciens, et par voie de conséquence ils vont constituer les matériaux symboliques souhaités par les autorités depuis que l’urbanisme post-pombalien a entrepris de gérer l’imaginaire des deux villes séparées : la ville neuve-moderne-centre marquée par la réforme Pombaline et ses évolutions dix-huitiémistes (rationnelle, ordonnée, cosmopolite, autoritaire) et son opposée, la ville ancienne-quartier (chaotique, familial, communautaire, populaire).

Mots clés : Tremblement de terre de 1755, Baixa Pombalina, quartiers anciens et typiques, Fado, patrimonialisation.

Contrariamente a outras áreas centrais da cidade de Lisboa, a Mouraria construiu-se historicamente como uma área sócio-espacialmente segregada, marcada pela estigmatização territorial e a marginalização das suas populações. No decurso desta exposição, serão apresentados os recentes e importantes processos de “revitalização” desta área da cidade, invadida pelo propósito urbanizador da Câmara Municipal de Lisboa. Esta revitalização, baseia-se essencialmente na manipulação dos materiais simbólicos associados aos chamados “bairros típicos”. Neste sentido, os processos de patrimonialização no bairro lisboeta da Mouraria, estão a ser articulados, em grande medida, pelos discursos institucionais centrados na evocação historicista. Estes discursos, têm servido como justificação para acelerar as dinâmicas de abertura desta área da cidade, como consequência dos processos de gentrificação e turistificação que está a viver atualmente a cidade de Lisboa. O elemento do Fado, está no eixo destes processos de imaginação urbana que encenam tradições e memórias, num processo de simbolização circunscrito a um território urbano específico: os Bairros “antigos”, “típicos” ou “tradicional” de Lisboa (o bairro da

Mouraria conjuntamente com o de Alfama, Graça, Bica e Madragoa). As suas densas malhas urbanas, com as suas modalidades de socialização “bairristas”, marcadas pela extrema familiaridade entre vizinhos e pelo orgulho da identidade microlocal, explicam a “genuinidade” e a “autenticidade” atribuída às suas práticas e produções culturais. O reconhecimento do Fado como património imaterial pela UNESCO e a sua utilização nos processos de transformação urbana, como é o caso da Mouraria, são um fenómeno bastante visível de uma longa história de caracterização simbólica dos bairros antigos. A semiótica que sustenta o imaginário social da bipolarização entre Bairros Antigos e Novos, entre a Lisboa Moderna e a Lisboa Tradicional ou Típica, teve a sua origem na evolução da forma urbana da cidade que antecedeu o Terramoto de 1755. Apenas após a reconstrução do centro da cidade, e posteriores abalos político-culturais do romantismo, são criadas condições para a criação de uma “Lisboa Típica”. A questão que se coloca é em ponderar que fatores estiveram envolvidos na criação e reprodução da noção de autenticidade urbana dos bairros antigos?

Introdução ao espaço urbano

lisboeta

As primeiras evidências arqueológicas, indicam que entre os séculos VIII e VI a. C., os primeiros grupos humanos ibéricos e indo-europeus se situam já no alto da colina, onde atualmente se localiza o Castelo de São Jorge. No passado, Fenícios, Lusitanos, Romanos, Alanos, Vândalos, Suevos, Visigodos e Árabes passavam pela cidade, sempre orbitando ao redor da fortificação da colina de São Jorge. Era este, centro dum aglomerado habitacional denso e intrincado, estendido sobretudo, pelas encostas meridional e ocidental da colina do Castelo, no que hoje conhecemos por *Bairros Antigos*. Aos pés da colina encontrava-se um vale central alagadiço (a futura *Baixa*), produzido pela confluência de duas correntes de água, que desembocavam no rio Tejo. Nos arredores desta cidade amuralhada, inúmeros pequenos assentamentos (quintas

e campos), proviam de Lisboa dos seus recursos básicos. Nos finais do século XII, após conquista Cristã, a extensão do edificado já ultrapassava os limites da muralha Islâmica (que encerrava os atuais bairros do Castelo e de Alfama), construindo uma trama medieval mais aberta e penetrável, mostrando duas dinâmicas urbanas que marcaram os próximos séculos. A primeira, apelidada “*O Rossio*”, surgiu com a aparição de um espaço de encontro e apropriação coletiva, na zona limítrofe exterior da muralha, junto à zona norte do vale alagadiço. A segunda, consistia numa urbanização nos arrabaldes ribeirinhos da cidade, constituída por conventos, casas nobres e edificados que acompanhavam o desenvolvimento marítimo do Reino Português.

Estas duas dinâmicas marcaram a organização social, espacial e simbólica da cidade de Lisboa desde o período medieval até o terramoto de 1755. Este período, foi caracterizado por uma bipolarização entre dois grandes espaços urbanos, que surgiram com as construções das novas muralhas em 1375 (Cerca Fernandina) e que estavam separados, por uma densa malha de ruas e becos estreitos, no interior do antigo vale alagadiço da *Baixa*. O mais antigo deles, o Rossio, foi um espaço urbano inicialmente externo à antiga muralha e adjacente à mesma, que desde sempre representou, a porta de entrada do mundo agrícola circundante (os seus produtos, pessoas, rituais e culturas) para o interior da cidade. O Rossio, funcionou secularmente como um espaço de reunião, convívio e socialização, de intercâmbio comercial e de tradições comunais ligadas à vida popular, política e festiva da cidade. Por isso mesmo, durante 500 anos foi palco coletivo para as cerimónias, celebrações, protestos e revoluções dos lisboetas. Em segundo lugar, o *Terreiro do Paço*, um espaço ribeirinho aberto para o rio no limite sul da Baixa, foi convertido a partir do século XVI no centro político da cidade com a instalação do Palácio Real em 1498 (em tempos do rei D. Manuel I). Este movimento de poder, desde a colina do Castelo até a orla marítima junto ao rio Tejo (também ele acompanhado pelos palácios e residências das grandes famílias lisboetas) está relacionado com a Era dos Descobrimientos que conduziu à expansão

colonial. Neste período, Portugal transforma-se numa poderosa nação marítima levando a que a zona ribeirinha de Lisboa, se enchesse de navios, armazéns e estaleiros (Guardado da Silva, 2008).

Observando as particularidades do Rossio, nos primeiros documentos é descrito um mosteiro, que estava a ser construído em 1242 pela ordem dos Dominicanos num grande espaço em processo de drenagem. Era considerado pelos habitantes da cidade, como um lugar de apropriação coletiva: *“eram terras devolutas, de que o povo se servia sem haver dono particular d’ellas”* (Castilho, 1937)¹. Descrito como um espaço fronteiro entre dois mundos, porta de entrada da cidade para o mundo rural, era também considerado como área de tolerância para os socialmente marginalizados: estrangeiros, despojados, vendedores, vagabundos e pedintes. Sabemos que Rossio não é um nome próprio, na medida em que existem muitos rossios em Portugal, e o nosso era só um dos muitos rossios que existiam na cidade (Rossa, Andrade, 1998). Rossio, é um nome comum que provém da substantivação do adjetivo *ressio* que serve para aludir terras “abandonadas”, “gastadas”, “inúteis”, situadas no exterior ou na imediata adjacência de áreas bem determinadas. Assim, *o resso é o resíduo*, um terreno não agrícola, sem limites externos bem definidos relativamente aos lugares privados (uma casa, um muro, um jardim ou uma aldeia). O adjetivo aparece substantivado já no século XII, para descrever aqueles espaços que não tem um proprietário particular, sendo sinonimizado como um espaço para a apropriação coletiva e o uso comunitário (Vasconcelos, 1982, 342-345). Depois de séculos de pleitos entre as autoridades da cidade e a coroa, discutindo o estatuto daquele terreno “do povo” - o nosso Rossio - nos finais do século XV duas instituições emblemáticas são construídas neste espaço. Uma destas instituições, O Paço dos Estáus, consistia em um pequeno palácio que alojava convidados da Coroa e que em 1570 seria convertido na sede da Inquisição. A segunda instituição construída no Rossio, teve por nome o magnífico “Hospital de Todos-Os-Santos”, também conhecido pelo

nome de “Hospital dos Pobres”, pelo facto de ser frequentado pelos despojados da cidade e das legiões de vendedores ambulantes, bem como, por pessoas do mundo rural nele se reuniam diariamente. Todo este ambiente, era bastante distinto daquele que caracterizava o espaço alterno do Terreiro do Paço, ligado às autoridades, e onde foi inaugurada uma Casa da Ópera, no mesmo ano em que o terramoto abalou a cidade.

Lisboa, nascida na colina do Castelo e povoada nas suas encostas (nos bairro de Alfama e Mouraria), descera finalmente para o vale da Baixa, onde no século XVI, um clara dicotomia espacial entre o Terreiro do Paço (centro político, marítimo e administrativo) e o Rossio (centralidade popular, interior e festiva) eram já evidentes (Ilustração 1). Contudo, em 1502, é inaugurada a Rua Nova d’El-Rei, que representava uma abertura direita que unia o núcleo medieval do Rossio, com o novo centro do Renascimento Português, simbolizado pelo Terreiro do Paço. Nos reinados de D. Manuel I (1492-1521) e de D. Filipe II (1580-1596), foram realizadas algumas reformas urbanísticas, especialmente direcionadas para a circulação das carruagens e para a abertura e saneamento das estreitas ruas medievais, sendo o paradigma a construção da Vila Nova de Andrade (o futuro Bairro Alto de São Roque). As suas quadrículas retangulares e trapezoidais, marcam a chegada de uma nova conceção socio-urbana, que pretende afastar-se da influência das tramas antigas de que a cidade estava a fugir. José-Augusto França assinala que, *“O Bairro Alto marca a passagem do século XVI para o XVII na vida urbana de Lisboa, e a aquisição de uma consciência urbanística e arquitectónica que ao longo de Seiscentos se processou, a partir e em grande parte graças à ocupação espanhola que trouxe à capital portuguesa a influência da civilização castelhana no momento em que nela se desenvolvia a grande arquitectura do Siglo d’Oro”* (França, 1980, 24). Assim, a construção do Bairro Alto foi a manifestação morfológica da hegemonia ideológica da coroa castelhana, indistinguível da expulsão dos judeus, da chegada da Inquisição em Portugal e da instalação jesuítica em São Roque. São eventos concomitantes da construção exemplar duma nova Lisboa, que se quer

1 A cita original é de Frei Luis de Sousa, História de São Domingos (1623).

oposta às insalubres estruturas mouriscas dos bairros antigos orientais: uma Lisboa saneada, transparente e devota: “Neste sentido, a nova área urbana deverá ser considerada como um produto da *Contra-Reforma*” (Dinis da Gama, 2005, 132). É relevante destacar este processo político-morfológico no Bairro Alto, para explicar ao longo desta exposição, como a reforma pombalina depois do terremoto de 1755 foi também uma intervenção integral de elementos indissociáveis: uma nova ordem política e ideológica (o despotismo ilustrado), uma expulsão (a dos jesuítas) e um novo marco socio-urbano (a Baixa Pombalina).



Ilustração 1

Apesar das transformações políticas, económicas e urbanas de Lisboa, no século XVII ainda é possível observar claramente a bipolarização da cidade em dois espaços abertos, diferenciados e separados por este conjunto denso de ruas e becos estreitos, perfeitamente visível no primeiro plano de Lisboa de João Nunes Tinoco (1647) (Ilustração 2).



Ilustração 2

O terremoto de 1755 e a reconstrução pombalina

A cidade de Lisboa prosperara notavelmente, durante a ocupação Filipina da coroa castelhana e como consequência da restauração da coroa portuguesa a partir de 1640. Durante este período, Lisboa enchera-se de conventos, palácios e igrejas não isentas de luxo e sumptuosidade (Rodrigues, 1997). Este perfil urbano, desapareceu quase por completo no dia 1 de Novembro de 1755 (conhecido atualmente como, o dia de “Todos os Santos”), quando um sismo monstruoso destruiu a cidade de Lisboa quase na totalidade, levando imensas riquezas e vidas humanas, e agitando as águas da filosofia iluminista durante muitos anos, numa forte polémica sobre as causas divinas dos desastres naturais. As 9:30 horas do dia 1 de Novembro de 1755, um terramoto que se calcula em 9 na escala de Richter, fez tremer Lisboa durante 7 minutos (com duas pausas). Foi seguido de réplicas constantes durante todo o dia, nas semanas seguintes e pontualmente, durante o resto do ano. Um *tsunami* de entre 6 e 12 metros, entrara pelo porto de Lisboa 40 minutos depois, tendo invadido a Baixa até 3 vezes e destruído tudo na sua passagem, deixando inúmeros incêndios que se propagaram pela cidade devido às lâmpadas e candeeiros caídos com o tremor. Durante os 5 dias seguintes, Lisboa esteve a arder o que causou enormes perdas com graves impactos económicos. Foram perdidos nesta tragédia inúmeros metais e pedras preciosas, obras de arte, tesouros e antiguidades, moedas de ouro e de prata, livros e arquivos antigos, documentação

administrativa, contratos comerciais e de crédito. Mas o maior sofrimento não foi o das classes dirigentes e proprietárias (coroa, aristocracia, burguesia e comerciantes estrangeiros), foi pelo povo e os pequenos proprietários, que perderam tudo com o desastre e sofreram a maior perda humana. Dois terços do edificado total ficou inutilizado, incluindo a maior parte dos edifícios do Estado, palácios, igrejas, mosteiros, hospitais e prisões, tendo ficado os poucos edifícios que não foram destruídos para refúgio para a população sobrevivente. Ruas, pontes, estradas e infraestruturas portuárias foram muito afetadas pelo fogo e pela água, sendo que algumas simplesmente desapareceram nas ruínas. Dados que as réplicas do sismo, se manifestaram nos meses seguintes a população receava habitar as casas, incluindo as classes dirigentes, que foram habitar luxuosas tendas e cabanas importadas da Holanda e instaladas fora da cidade (incluía a famosa Barraca Real do Rei D. José I no Alto da Ajuda). A população de Lisboa instalou-se nos campos dos arrabaldes de Lisboa, onde foram construídas cerca de 9000 cabanas durante os primeiros 6 meses após o sismo, pois a Baixa era um cemitério imenso com milhares de corpos presos por debaixo as ruínas. Estima-se que o número de vítimas ronde as 20.000 - 40.000, da população de Lisboa que ao momento estava estimada entre 137.000 - 154.000 (Serrão, 2007).

A situação de emergência é quase imediatamente defrontada pelas autoridades da coroa e da cidade, com uma menção especial para Sebastião José de Carvalho e Melo, que iria coordenar uma série de ações de ordem e planificação, desde o dia seguinte ao desastre até à reconstrução da ordem política e urbanística da cidade segundo princípios racionalistas e ilustrados. Sebastião, foi um astuto diplomata e homem de Estado que soube situar-se no governo apesar de ser originário da baixa nobreza, graças às suas boas relações com a mãe do rei, que o levaram até a Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Mas foi a sua determinação para controlar o desastre de 1755, que perante a inatividade do rei D. José I que o conduziria, primeiro até a Secretaria do Reino e mais tarde à nomeação como Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, título pelo qual, é atualmente mais conhecido. Como

político ilustrado e autoritário, aplicou o pensamento prático e racional em todos os domínios com mão de ferro, começando pelas ordens imediatas para gerir o desastre. Determinou a sepultura imediata dos corpos em fossa comum para evitar epidemias; a organização da ajuda médica, religiosa e alimentar para os sobreviventes; o envio de cereais de todo o país para ser cozido em fornos improvisados; a execução sem juízo para ladrões, surpreendidos roubando, conjuntamente com a sua exibição como advertência; a fixação de preços para os produtos básicos para evitar a especulação; a destruição dos destroços dos edifícios que ficaram em pé, por perigo de desprendimentos, bem como a proibição de reconstruir sem autorização; a inventariação da destruição pelo inquérito nacional; e por último as medidas das propriedades nas zonas destruídas para poder projetar a nova cidade.

Paralelamente, o arquiteto e engenheiro militar do reino, Manuel da Maia, publicava as suas famosas Dissertações onde apresentava 5 possibilidades para a reconstrução da cidade (Ribeiro dos Santos, 2000, 55 e ss.). Em 3 delas propunha-se refazer a cidade segundo a antiga distribuição e estrutura urbana, introduzindo aspetos modernos como a ampliação das ruas e a canalização das águas. Numa outra proposta, propunha abandonar as ruínas e reconstruir a cidade no oeste, em Belém. No final, a opção foi a construção de uma nova e moderna grelha sobre os restos da antiga Baixa. De entre 6 projetos, a equipa dirigida por Eugénio dos Santos, foi a escolhida tendo sido feita a aprovação no projeto no dia 12 de Maio de 1758. O projeto em questão, incorporava já elementos de grande modernidade, como por exemplo, o sistema antissísmico "à gaiola" e a estandardização dos materiais de construção para os edifícios, produzidos em cadeia.

Assim, o vale central de Lisboa seria organizado por uma estrutura geométrica e retilínea, própria do gosto modernizador do Marquês, e por uma disciplina visual e arquitetónica fortemente influenciada pela profissão militar dos seus engenheiros. Eugénio dos Santos e Carlos Mardel deixam como legado, uma intervenção urbanística marcada pela hierarquia e a funcionalidade,

com uma série de pormenores técnicos e de ordenamento que constituem uma mostra avant la lettre do urbanismo racionalista do oitocentos (Ferreira, 2004, 287). Mas a natureza militar da intervenção sobre a Baixa vai além dos seus elementos morfológicos: o processo arquitetónico e urbanístico pombalino, fazia *tábua rasa* com a zona destruída, não só no nível físico (foi preciso seguir destruindo os restos que ficavam em pé), senão numa firme contribuição para o esquecimento das povoações, das dinâmicas e das práticas populares da antiga Baixa. Tudo isto provoca um afastamento dos seus antigos moradores, impedindo-os de reconstruir. À medida que os fogos se extinguíam, as pessoas retornavam para a Baixa com a intenção de reconstruir as suas casas. Contudo, o Marquês de Pombal estava determinado a refazer a cidade baixando a sua direção. Neste sentido, ordenou o despejo e destruição daqueles primeiros acampamentos e estruturas em Dezembro de 1755, novamente em Fevereiro de 1756 e finalmente legislando em 1760. Aliás, chegou a utilizar de forças militares para bloquear as pessoas que queriam voltar para a Baixa, e também para deter aquelas que queriam fugir dos acampamentos nos arredores e cuja força de trabalho era bem necessária para a reconstrução. Ainda assim, a finalização completa da Baixa levou um século e meio. Morrar em barracas e estruturas temporárias foi um cenário em muitos espaços urbanos até o fim do século XIX, tornando-se muitos dos acampamentos temporários em novos bairros periféricos.

A verdade é que o Marquês de Pombal implementa uma mudança radical de paradigma, no que respeita ao modelo de governação urbana, introduzindo modificações legislativas e transformações financeiras para custear o projeto. Neste sentido, é elaborado um plano de ocupação do solo que promovia a abertura de gabinetes técnicos. Segundo as palavras de Teresa Barata Salgueiro: *“A reconstrução da Baixa apresenta aspectos de extrema modernidade, pois constitui o que hoje se chamaria de uma operação integrada”* (Barata Salgueiro, 2001, 37). Isto não é nada estranho se for considerada a ação política do Marquês de Pombal durante os 22 anos em que controlou os instrumentos efetivos do

país, tirando partido do “estado de exceção” criado pelo período que seguiu o terramoto (ilustração 3). O Marquês de Pombal, exibiu um estilo pragmático e autoritário típico dos regimes do despotismo ilustrado, perseguindo os seus inimigos políticos com mão de ferro. Após o assassinato do rei D. José I em 1759, decreta a expulsão dos Jesuítas e inicia um juízo contra a família aristocrática mais importante do país, os Távoras. Mas o Marquês de Pombal não foi simplesmente um déspota em tempos de crise. Pode afirmar-se que foi o primeiro governante capitalista moderno em Portugal, visando a transformação das relações de produção para uma sociedade de classes: criou força de trabalho com a libertação dos escravos no país (mas não no Brasil e nas colónias), modernizou a sociedade com a abolição de antigas distinções entre velhos e novos Cristãos ou entre Cristãos portugueses e índios, introduziu a retórica moderna das “razões de estado” (“necessidade pública”, “bem comum”) e legislou sobre os direitos de propriedade para facilitar a circulação do mercado. Assim, o Marquês de Pombal, reformou em poucos anos, as estruturas do Estado (especialmente económicas e educacionais) transformando Portugal numa monarquia despótica ilustrada, liberal e secular, que tinha como protegidos a alta burguesia dos negócios, aliados de Pombal.



Ilustração 3

Neste sentido, foi muitas vezes assinalado o carácter de “oportunidade” que a total destruição do centro de Lisboa criou para a resolução do desconforto, que tradicionalmente despertava a malha antiga entre as classes dirigentes. Depois do Marquês de Pombal, a densa e emaranhada estrutura urbana de aspeto medieval que existira até ao terramoto, ficaria só nos bairros da colina do

castelo (Castelo, Alfama e Mouraria). No seu lúcido exame do processo de reconstrução Pombalina, Henrique Dinis da Gama exprime no carácter "colonizador" do novo centro, a morfologia da qual permitia expulsar algumas dinâmicas populares enquistadas na desordem urbanística anterior. A cidade central projetada para a burguesia, como uma trama cartesiana, modular e reticulada sobre as ruínas da cidade "*implantou-se com propósitos dominantes de afirmação política*" (Dinis da Gama, 2005, 33) (Ilustração 4). Tal medida extrema, é confirmada pela comparação com a mudança radical da estrutura urbana de Lisboa frente a outro grande desastre como foi o Great Fire de Londres de 1666 (McKellar, 1999). Assim como, as autoridades inglesas observaram estritamente os direitos individuais dos proprietários no momento de planificar a reconstrução de Londres (1.500 casos foram julgados no especialmente criado Fire Court), em Lisboa, os pretextos baseados no "bem comum" (como a necessária ampliação do espaço para prevenir futuros desastres), foram usados para impor a nova estrutura sobre a antiga distribuição da propriedade. O Marquês de Pombal, teve assim a oportunidade de reconfigurar desde zero a organização social, económica e espacial do centro urbano de Lisboa (Monteiro, 2008), o que foi resultado de 4 mecanismos: 1. Os inimigos aristocráticos do Marquês de Pombal foram expropriados das suas propriedades na Baixa, depois do intento de assassinato do Rei; 2. Os proprietários que não começavam a reconstrução dos novos edifícios Pombalinos depois de cinco anos (muitos estavam economicamente falidos), eram também expropriados; 3. Os ricos aliados burgueses do Marquês de Pombal (comerciantes e negociantes com ou sem origens nobiliários mas com muito dinheiro) investiram no seguro e lucrativo negócio da propriedade na nova Baixa Pombalina; 4. As classes populares deslocadas do centro na altura do terramoto, já não iriam regressar para o bairro que estava sendo muito lentamente reconstruído e cujo preço depois de renovado, era desaconselhável perante os novos bairros periféricos. Contudo, este exercício de nobilitação centrado em converter a Baixa Pombalina no coração comercial e residencial das elites urbanas falhou parcialmente, enquanto as classes

altas preferiam ainda viver no Chiado (que foi também uma zona de intervenção pombalina) e em outras áreas ocidentais da cidade, com um maior valor simbólico (Cunha Leal, 2007). A propósito do valor do espaço e das mudanças (e permanências), na composição sócio-demográfica da cidade, não seria excessivo traçar uma comparação entre este processo Pombalino e os fenómenos de urbanização tratados desde o início na literatura da gentrification (Glass, 1964; Smith, 1979). Com base neste ponto de vista, estaríamos perante um processo de urbanização dirigido pelo estado (state-led), baseado na re-construção física de uma zona (new-development) e que cumpriria com todas as condições necessárias para ser considerado gentrification: 1. Re-inversão de capital; 2. Entrada de população com maior capital cultural ou económico; 3. Mudança na paisagem urbana; 4. Expulsão mais ou menos forçada das pessoas com menos recursos (Davidson e Lees, 2005).

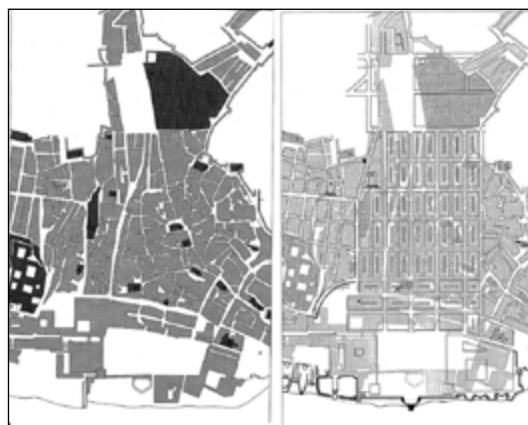


Ilustração 4

Independentemente de todos estes fatores, podemos considerar que a reconstrução da Baixa, teve por base um plano moderno de intervenção urbana capitalista, dirigido à dominação política sobre a cidade e as suas populações, mediante o ênfase na circulação e da transparência urbanas, cujo exemplo mais conhecido e estudado é a reforma de Paris (1852-1872) pelo Baron Haussmann (Harvey, 2008). Uma esclarecimento a propósito deste tipo de reformas: A realidade da composição sócio-demográfica antes e depois do terramoto na Baixa pode ser considerada frequentemente, como uma realidade de diversidade populacional - ate poderíamos

achar resistentes nos bulevares parisienses. Mas o que é inegável, é que após o terramoto, se produz um processo de segregação sócio-espacial entre as populações urbanas de Lisboa, que tem como fatores de dispersão para fora da Baixa, os seguintes: 1. A perda do Rossio como ponto de referência central para as classes populares, que perdem um “palco” que se encontrava inserido no meio da trama urbana da Baixa; 2. Os campos de refugiados depois do terramoto, foram progressivamente convertidos em bairros periféricos, ficando neles as classes mais desfavorecidas; 3. O retorno para a Baixa reconstruída foi só a realidade de quem podia pagar um edificado novo e pensado inicialmente para a burguesia.

Apesar da mudança política e ideológica imediata depois da queda em desgraça do Marquês de Pombal (conhecida como “viradeira”), o programa de sanitização urbanística segue nas mãos do tradicionalista e anti-moderno Intendente Geral da Polícia, Diogo Pina Manique, que iria suceder o Marquês de Pombal na “governança” da cidade. Em 1777, só um terço da Baixa foi construída. Lisboa é ainda uma cidade cheia de ruínas e barracas, lugares em construção, desordem e confusão. Mas novos e modernos costumes e formas de sociabilidade, provenientes de uma Europa que cedo começaria uma forte transição societária, já se instalaram na sociedade lisboeta: receber amigos em casa, ir para o teatro, vestir com mais liberdade ou frequentar cafetarias. Ainda assim, estas novidades coexistem ainda com a tradicional e beata ordem social do antigo regime, representada pelo Intendente Pina Manique, quem vai perseguir a prostituição, o jogo e o vício em nome da decência e da virtude religiosa. O Intendente declarará guerra às ideias liberais e progressistas vindas de recente Revolução Francesa, proíbe o Carnaval, ordena iluminar as ruas e policiar as costumes e os escândalos (Lousada, 2005). Este controle do espaço urbano em termos morais e higienistas aproxima de alguma forma o iluminismo burguês do Marquês de Pombal, com o tradicionalismo raivoso do Intendente Pina Manique: ambos são mestres da reconfiguração disciplinar da cidade de Lisboa.

As consequências do terremoto

Podemos assinalar duas grandes consequências do terramoto na organização urbanística da cidade: as consequências articuladas pelos processos de dominação moral e morfológicos inaugurados pela intervenção Pombalina com a desnaturalização do Rossio, como eixo simbólico das classes populares e a aparição duma nova bipolarização, que articularia o crescimento da cidade para o seu interior.

A propósito da desnaturalização do Rossio, é preciso entender como é que foram reconstruídos os dois grandes espaços centrais que ordenavam Lisboa antes de 1755. O Terreiro do Paço vai continuar a ser concebido como espaço central de representação do Poder, com o edifício da Bolsa e uma estátua do monarca, a modo de substituição da sua presença real no antigo Palácio. O nome oficial do espaço, parece concentrar o desejo Pombalino de uma nova ordem política de tipo burguês capitalista: Praça do Comércio. Assim, *“Pombal pretendia fazer da Baixa a capital de Lisboa, isto é, ousava dominar a cidade pela centralização política, económica e simbólica, a partir da Praça do Comércio, procurando assim neutralizar a territorialidade da Lisboa histórica”* (Dinis da Gama, 2005:65). Os alardes urbano-arquitetónicos Pombalinos, duplicavam o espaço do antigo Terreiro do Paço, numa praça monstruosa aberta ao rio e que parecia querer centralizar todas as funções cerimoniais e simbólicas do reino, antes repartidas nas duas praças. É verdade, que aparentemente o Rossio era desprovido de representatividade: *“Se o Rossio tem falta de monumentalidade, é que, no quadro do urbanismo Pombalino, um grande conjunto seria suficiente: o papel do Rossio, dentro da nova categoria urbanística “praça”, devia ser agora menos importante que o da Praça do Comércio, lugar de eleição da nação nova (...) O Rossio, lugar do povo, da sua alegria, da sua preguiça e da sua cólera, numa sociedade que se tornava ordenada, se não “iluminada”, estava destinado a ser um lugar secundário, detido numa espécie de tranquilidade provinciana (...)”* (França, 1983, 128-129). Porém, esta interpretação parece ignorar o carácter calculado e forçado

desta mudança nos atributos espaciais que o urbanismo Pombalino outrora atribuíra aos antigos espaços centrais de Lisboa. Em outras palavras, qualquer governante poderia ter monumentalizado o que já era de facto o centro do poder, o Terreiro de Paço, aquilo era fácil: foi o Rossio o espaço que sofreu a radical transformação, no que respeita às suas instituições urbano-arquitetónicas. O Rossio é o verdadeiro espaço de intervenção Pombalina, o campo de batalha onde atenuar a influência das classes populares sobre a nova cidade burguesa. Em primeiro lugar, o Rossio perde o grande Hospital de Todos-os-Santos (chamado Hospital dos Pobres, que vai para o oriente da cidade no 1775) e todas as atividades populares que o Hospital gerava no seu redor, inclusive as vendedoras, que serão deslocadas para a nova Praça da Figueira, que nasce das ruínas do próprio Hospital. A venda de frutas, legumes e outros artigos -num dos lugares de outrora, passa a ser proibida no Rossio deixando o espaço privado duma das suas mais características atividades. Este duplo movimento consistente no deslocamento para fora do Rossio das atividades e das instituições próprias das classes urbanas populares, representa claramente uma vontade de domesticação sobre o Rossio que aliás vai ser progressivamente colonizado pelo poder simbólico das elites burguesas. Ano após ano, o Rossio vai receber elementos e edifícios que o transformarão no espaço predileto da representação burguesa na cidade: o Teatro Nacional, o monumento ao rei cartista D. Pedro IV, duas fontes monumentais, e contínuos editos para controlar e disciplinar o espaço e a remoção de pedintes e indigentes. Neste sentido, a sanitização urbana, na ação arquitetónica Pombalina será, como já anunciámos, continuada e complementada pelas operações de vigilância e controle espacial que caracterizarão o período imediatamente posterior dominado pelo Intendente Pina Manique (Lousada, 2005). Aliás, constantes paradas militares vêm substituir os Autos de Fé, como uma afirmação espacial intimidatória do poder das autoridades, no palco das classes populares urbanas.

Por outro lado, com a antiga bipolarização entre o Terreiro do Paço e o Rossio, que desaparecera com as ruínas do terramoto

é esquecida pela ação urbanizadora do Marquês de Pombal, com uma nova tendência que vai articular o crescimento da cidade de Lisboa. Desde o século XIX até hoje duas grandes Avenidas que seguem o curso natural de dois ribeiros que seguem para o rio Tejo, e que convergem no norte da Baixa (no conjunto Rossio-Figueira), substituirão progressivamente a antiga oposição (ilustração 5). A Avenida da Liberdade e Avenida Almirante Reis constituirão dos eixos de crescimento urbano-diferenciados, representativos de classes sociais desiguais e até marcados por trajetórias divergentes nas linhas de metro. Elas simbolizarão as contradições, qualidades e tensões entre os dois mundos presentes na cidade contemporânea capitalista, da mesma maneira que Terreiro do Paço e o Rossio, encenavam as do Antigo Regime. Na origem da primeira delas, Avenida da Liberdade, está um projeto da época Pombalina que visava encarnar urbanisticamente as novas categorias burguesas: o Passeio Público. No lado noroeste do Rossio, por cima de antigas hortas que avançavam para o norte da cidade seguindo a antiga corrente de Valverde, é inaugurado em 1771 um jardim reservado para o desfrute da alta sociedade. Apesar do seu nome, o Passeio Público encontrava-se rodeado por altos muros e por uma porta que protegia o espaço das classes populares, dos mendigos e dos vendedores, ainda acostumados a vender, vadiar e pedir esmola próximo do Rossio. Mas o espaço predileto da burguesia lisboeta para o lazer, seria o Chiado. O Passeio Público nunca teve muito sucesso até se converter numa artéria circulatória no eixo dos Restauradores – conhecida como, Avenida da Liberdade já no XIX. Este espaço representará a avenida burguesa por excelência, com as sedes dos bancos e das empresas, as lojas mais caras, e os melhores hotéis de Lisboa. A sua proximidade com o Chiado e o Príncipe Real - onde se encontravam palácios e residências luxuosas e hoje elegantes artérias comerciais - permitiram finalmente encaixar este eixo urbano nos gostos das classes altas. Aliás, o crescimento da cidade no século XIX vai decorrer na continuidade deste eixo, pelas Avenidas Novas na época em que a parte oeste da cidade se enche de jardins públicos e miradouros.



Ilustração 5

Do outro lado, a nordeste do conjunto Rossio-Figueira, cresce o eixo popular Martim Moniz - Avenida Almirante Reis, que tem umas origens e umas dinâmicas muito diferentes. O seu nascimento está associado por adjacência com um dos bairros populares de mais antiga - e estigmatizada - memória: a Mouraria, cujo derrube parcial durante a ditadura Salazarista é a origem da atual praça Martim Moniz que está no início do eixo. Desde o século XIX, que a Avenida foi o corredor habitacional popular por excelência da cidade de Lisboa, acolhendo tradicionalmente as concentrações e comícios republicanos e operários, desde a primeira manifestação do Primeiro de Maio e até hoje. Depois do movimento que leva à Primeira República Portuguesa em 1910, a toponímia da Avenida e de toda a zona envolvente ganhará um carácter revolucionário, evocando os nomes dos seus líderes e mártires. Ainda hoje representa a artéria operária mais central da cidade, núcleo residencial de trabalhadores originários sobretudo das antigas colónias, que conferiram à zona um carácter "multicultural" e de classe. A sua parte mais central, pegada à Mouraria, ao Largo do Intendente e à Praça Martim Moniz está a experimentar processos de transformação muito acelerados, facilitados pela gentrificação institucional dirigida a expulsar algumas dinâmicas de marginalidade que a caracterizavam, com o objetivo de converter a zona num espaço atrativo para as chamadas "classes criativas".

O processo de simbolização sobre os Bairros: o caso do Fado

Que relação existe entre estas transformações sócio-morfológicas que têm lugar na Baixa Pombalina - e que explicam o crescimento da cidade depois do terramoto com - o património e os bairros antigos? A introdução de novas conceções urbanísticas na cidade de Lisboa depois do terramoto, levou as administrações locais a tratar as malhas antigas (e as suas ruelas e becos de difícil policiamento), como focos de infeção e crime. Era a época da chegada massiva de migrantes do resto do país, que ficavam estabelecidos nestes distritos centrais da cidade, gerando problemas sociais derivados da exploração e da marginalidade a que eram expostos. Durante o Romantismo, com a cidade Pombalina já consolidada, começa-se a imaginar a "autenticidade" de Lisboa nas estreitas ruas dos antigos e originários bairros orientais. Localizados nas encostas do castelo estes bairros ainda preservavam malhas estruturadas, como antes do terremoto (muitas vezes restauradas) e estilos de vida tradicionais (muitas vezes introduzidos pelos migrantes rurais vindos do resto de Portugal). Assim, Alfama, Graça, Mouraria (mas também bairros ocidentais como a Bica ou Madragoa), estarão desde então ligadas no imaginário e nas representações da cidade com a vida marginal (jogo, prostituição, vício e violência), mas também com as relações apaixonadas dos vizinhos entre eles, o carácter da vida social partilhada em comunidade e uma intensa religiosidade popular, entre outras práticas urbanas dos fregueses. Este processo de simbolização que categoriza os bairros como centros de "autenticidade popular" é em grande parte causado pela influência da olisipografia: "*Género compósito de apontamentos históricos e míticos, arquitectónicos e urbanísticos, etnográficos e jornalísticos acerca da cidade de Lisboa, muito em especial os seus aspectos mais antigos ou considerados tradicionais*" (Cordeiro e Costa, 1999, 79). Os seus autores, os primeiros olisipógrafos - intelectuais oitocentistas originários de classes altas e bem-educadas - foram atores sociais decisivos para estabelecer

a conexão narrativa entre a reminiscência de autenticidade anterior ao terramoto, e a atmosfera típica e popular dos bairros depois do Marquês de Pombal (Castelo Branco, 1980). Assim, a terceira e mais inesperada consequência da reconstrução foi o deslocamento das representações imaginárias associadas as práticas populares e as formas de vida tradicionais desde o Rossio para os Bairros Antigos, sempre em contraposição com a cidade moderna que surge na segunda metade do século XVIII e se desenvolve durante todo o século XIX.

A segregação imaginada pelo romantismo entre estas duas cidades (a cidade antiga antes do terremoto e a nova Lisboa de Pombal), permite a alguns autores interpretar as origens e o legado patrimonial do Fado, como o encontro entre as classes populares e a aristocracia pós-Pombalina nestes velhos bairros das encostas do castelo (Brito, 1994). O Fado, considerado desde 2011 Património Oral e Imaterial pela UNESCO - tem origem nos processos de miscigenação musical do universo colonial luso-afro-brasileiro, uma mistura histórica de instrumentos e registos musicais que deixará num dos seus portos de circulação – Lisboa - um produto particular durante o século XVIII, quando é identificado como tradição. De qualquer das formas, existe uma relação muito íntima entre o reconhecimento do Fado como um género musical urbano determinado, e a contraposição de escalas vivenciais, que existiu na cidade desde a aparição da trama racionalista ortogonal do Marquês de Pombal no meio dos antigos e densos bairros históricos: *“a empresa pombalina, na sua brutal operação cirúrgica, marca uma etapa fundamental, separando duas Lisboas - a medieval e barroca e a moderna, que o século XIX desenvolverá”* (França, 1980, 53). Disto resulta, que a reconstrução Pombalina e o posterior processo de perseguição moral do Intendente Pina Manique, empurram progressivamente a vida marginal ligada às origens do Fado e dos espaços de lazer das classes populares, cada vez mais longe dos espaços centrais da Baixa, deslocando-se para a estrutura dos Bairros antigos, mais íntima e apropriada para tais atividades. Não é casual que as classes populares e a aristocracia ociosa, resíduos da nova sociedade burguesa imaginada pelo Marquês

de Pombal, sejam os representantes do mito da aliança fundadora do Fado, encarnada pela relação entre a prostituta Severa e o Conde de Vimioso. O Fado seria assim o lamento musical destas classes sobrantes, expulsas pela nova ordem social da posição de centralidade que possuíam nas representações sociais do Antigo Regime (Dinis da Gama, 2005), refugiadas agora na Lisboa premoderna dos becos e das escadas. A radicalidade desta imagem, que funde aristocratas e populares nas representações sociais sobre o nascimento do Fado é exclusiva do seu momento fundador - marcado fortemente pela intervenção pombalina. Porém, a evolução iconográfica, os conteúdos e os registos do Fado mudarão muito além desta imagem fundadora, acompanhando os processos político-sociais da história portuguesa.

As políticas culturais desenvolvidas desde a Primeira República instituíram a patrimonialização de variadas manifestações populares (Ramos, 2003), no seu empenho por legitimar-se como novo governo patriótico da nação, um empenho institucionalizado e fixado definitivamente em cânones pela apoteose identitária do Estado Novo. Nestas políticas institucionais, encontramos sempre a contraposição entre as duas cidades, assim como uma necessidade institucional de corrigir a distância que há entre elas, mediante a “absorção” da autenticidade que os Bairros Antigos desprendem. Vejamos o exemplo do Fado através do filme “Fado”. Centra-se na história de uma cantadeira (1947) de Perdigão Queiroga. A famosa diva do Fado, Amália Rodríguez, encarna a personagem de Ana Maria, uma rapariga simples que chegará a atingir grande fama nos cenários teatrais cantando Fado, depois de um progressivo afastamento das suas origens humildes no bairro de Alfama. De facto, o filme postula que os eventos funestos do destino da cantadeira e a sua perda de Alma para cantar Fado, são consequências do seu afastamento físico e social do bairro de Alfama: quanto maior a distância do bairro, maiores as calamidades e a má reputação que acumula Ana Maria. Os falatórios sobre ela iniciam-se quando Ana Maria traslada a sua residência para a as Avenidas Novas, nas antípodas de Alfama em urbanismo e sociabilidade,

provocando no bairro um sentimento de abandono e consternação. A morte da pequena Luisinha - de cuja paralisa Ana Maria era já responsável por um acidente ligado à ambição de sucesso - acontece enquanto a cantadeira se encontra na Embaixada Espanhola rodeada de autoridades e homens poderosos. Finalmente, a sua saída para o Brasil, provoca a queda de Júlio - seu antigo amor e guitarrista - no alcoolismo, e a perda da sua honra no bairro. Só penetrando outra vez com humildade na coletividade do bairro - e salvando a Júlio do alcoolismo - a ordem é reestabelecida e se dissipa a maldição da comunidade sobre a cantadeira.

Aliás, em todo o filme desenha-se uma clara contraposição entre o profundo calor e humildade humana das personagens do bairro e a frívola vanidade dos empresários do mundo teatral (da Cidade Moderna), onde podemos reconhecer os produtores do filme e a sua própria condição patrimonializadora: são os agentes exógenos que recriam e mitificam Alfama tratando de subtrair-lhe valor para os seus próprios interesses. A produção cinematográfica usa decorações para potenciar a imagem de bairro pitoresco, algo que fazem também os empresários do filme, que colocam a Ana Maria em cenários "com muito sabor a Alfama" replicando o bairro em várias capas semânticas: Amália Rodrigues encontra-se, representando-se a si própria numa representação no interior de uma representação que tem Alfama (e os bairros antigos) como objeto discursivo para a apropriação. A cidade moderna parece requerer com ânsia aqueles fluídos vitais que correm pelas veias de Alfama: desejam, "compram" o seu Fado para se saciarem de um poder simbólico que num tempo passado tinham rejeitado. É o que adverte o Pai Damião, fabricante de guitarras, tomando o papel de chamam da comunidade que alerta da fatalidade próxima. Mas a comunidade tem os seus mecanismos para controlar, frente ao poder extrator das autoridades: quando a artista é corrompida pelas tentações do público e da fama e a Cidade Moderna está prestes a sorver o seu poder simbólico para apropriar-se definitivamente dele, encontra nos seus braços uma pele jacente sem Alma. O afastamento além do circuito local, conduz à extinção progressiva da Alma do Fado em Ana Maria, a maldição da sua

comunidade, o arrefecimento das relações de proximidade, a morte. Só regressando para o seu templo de origem (a associação do Bairro), enfeitada nos seus humildes vestidos e mexendo-se entre os fregueses da sua comunidade, poderá a cantadeira fazer vibrar o Fado com o poder evocador que a Cidade Moderna queria para si. Claro que o filme pode - e deve - ser interpretado como o típico elogio patriótico salazarista à "vida portuguesa", em contraposição dos "estrangeirismos", no contexto da migração massiva dos portugueses sobretudo para França, e do perigo da sua reconversão para as ideias comunistas. Mas além desta interpretação - aplicável a toda a produção cinematografia da época - existe neste filme uma caracterização concreta e descritiva dum processo existente na cidade de Lisboa nessa altura: o intento de absorção das políticas culturais salazaristas da manifestação musical popular, que era o Fado, mediante processos de patrimonialização. A mercantilização do Fado e a saída de alguns artistas dos seus circuitos tradicionais é um processo que, obviamente aconteceu, implicando a oposição entre dois modelos de habitar a cidade, entre duas carreiras vitais bem diferentes. Este processo, enfrenta duas cidades que existem paralelamente: 1. os bairros antigos marcados pela sua composição sócio-demográfica em redes de familiares e conhecidos, os seus sistemas de reciprocidade e representação próprios; 2. uma cidade moderna onde o poder económico mas também o tradicionalismo do governo central salazarista, tenta absorver para a sua legitimação política, o poder iconográfico do Fado popular.

A sutura de duas cidades: o caso das Marchas dos Santos Populares

Outra manifestação da necessidade das autoridades em legitimar-se mediante a absorção das práticas populares - sempre imaginadas no nascente dos bairros - é oferecido pelo ciclo anual das Festas de Lisboa, especialmente na sua cerimónia central (Costa, 1991): as Marchas dos Santos Populares. É preciso dizer que o formato atual das Marchas Populares difere muito da sua origem, ainda que sempre teve uma forte

ligação com o culto a Santo António em Lisboa, uma devoção muito presente também entre as sucessivas camadas populacionais vindas do interior do país para os bairros antigos da cidade. Desde que temos notícia delas na segunda metade do século XIX até os anos 30 do século XX (quando serão “domesticadas” pelas políticas culturais do Estado Novo), as Marchas Populares, consistiam numa noite em que especialmente os jovens das classes populares ocupavam o centro da cidade: *“A festa, com os seus excessos inevitáveis invade as ruas e largos da cidade com enfeites, iluminações, fogueiras, bailes, música e grupos de jovens a percorrerem as suas artérias em ranchadas barulhentas. A ida às fontes e chafarizes, as visitas aos jornais sediados no Bairro Alto, as visitas entre colectividades e bairros, a peregrinação inevitável ao Rossio e Praça da Figueira, representados como o coração simbólico da cidade, misturam-se”* (Cordeiro, 1995, 133). Os Ranchos e as Marchas Populares, aux Flambeaux, foram os precedentes das Marchas Populares atuais: grupos de rapazes e raparigas saíam dos bairros acompanhados de pequenas orquestras ambulantes, que iam em peregrinação noturna para o centro da cidade, passando sempre pelas fontes e os chafarizes, as feiras e mercados, as sedes dos diários republicanos e, sobretudo, Rossio e Figueira, onde se dançava até o amanhecer.

Durante os períodos tumultuosos da República e do início do Estado Novo, houve variados intentos das autoridades da cidade para domesticar os desvarios daquelas noites (muito ligados as classes populares), tratando de oferecer a Lisboa, uma festa institucionalizada e patriótica de grande magnitude para o desfrute de estrangeiros e portugueses. Em 1932, celebraram-se pela primeira vez Marchas Populares como hoje as conhecemos: um concurso entre bairros, que consiste em um desfile - cortejo com componentes teatralizados que contraria totalmente o modelo anterior das Marchas Populares (autónomo, sem regulamentos, “espontâneo”). Criadas e organizadas pela iniciativa privada com a colaboração do mundo da revista e do espetáculo (José Leitão de Barros, Parque Mayer), da olisipografia oficial (Norberto de Araújo) e de alguns jornais da cidade (Notícias Ilustrado, Diário de Lisboa), as novas Marchas Populares têm

a bênção do projeto patrimonial da ditadura fascista do Estado Novo, que bem cedo se apropriaria delas: em 1934 as autoridades militares já regulavam o evento e em 1935 proibem qualquer outra Marcha ou concentração além da oficial. O conteúdo da encenação litúrgica das Marchas, criado nessa época, baseava-se no que Daniel Melo chamou “o cruzamento entre as identidades de bairro e de aldeia” (2003): tentaram-se fixar os elementos folclóricos de origem regional no eco que tinham nas práticas populares urbanas, efeito causado pela realidade migratória na capital. O resultado vai ser a evocação sintética de elementos folclóricos e historicistas procedentes do imaginário da olisipografia romântica: uma Lisboa “popular, bairrista e pitoresca” (Cordeiro, 2007), passada pelo nacionalismo ruralista do Estado Novo e cruzada com o mundo do espetáculo da revista. Assim, os diferentes bairros competiam desfilando com indumentárias regionais de evocação camponesa, com elementos alegóricos de expressões urbanas como o Fado, ou representando-se como classes trabalhadoras urbanas do passado (como as ovarinas, vendedoras ambulantes de peixe). Esta última categoria dos tipos populares urbanos realizando atividades laborais específicas foi sempre central nas representações das Marchas, no que Graça I. Cordeiro chamou “grupos etno-profissionais”: *“Os vendedores, peixeiras, criados, condutores, costureiras, lavadeiras, artífices, guardas, polícias e militares, moços de fretes, prostitutas, vadios e mendigos, associados ou não a pertenças étnicas -galegos, saloias, varinas, minhotas, negros e negras- que aparecem, com grande relevo, na literatura oitocentista e novecentista, acabaram por levar à criação de uma categoria ampla de tipos urbanos, designados como «populares», relacionados, na sua maioria, com o exercício de um ou vários trabalhos específicos”* (Cordeiro, 1995, 82 e 2001). Desta maneira, os vizinhos dos bairros típicos acabavam por representar figuras idealizadas portadoras de autenticidade, projetando um passado mítico que destila aquele convívio e humanidade imaginadas nos bairros de Lisboa. O propósito foi sempre duplo nesta operação de patrimonialização nacional: misturar os imaginários sociais sobre a ruralidade e a modernidade, mas

também misturar as classes sociais, fingindo a sua inexistência real sobre o ideal da "unidade nacional" (ilustração 6).



Ilustração 6

Mas, além dos conteúdos, como é que poderíamos interpretar o que acontece formalmente neste desfile? As Marchas dos Santos Populares na noite do 12 de Junho são a apoteose do período das festas em Lisboa, um ato cerimonial que precede à ocupação massiva e caótica do espaço lisboeta durante toda a noite (enquanto as pessoas esperam o resultado do concurso). As Marchas Populares, são um ritual de deslocamento coletivo (como as procissões religiosas, os desfiles de Carnaval ou as paradas militares), consistente na exibição para o exterior de um elemento que normalmente se encontra no seu recinto sagrado (ou altamente regulado). No nosso caso os marchantes incorporam (eles mesmos pertencem aos bairros), dramatizam (são treinados durante meses por prestigiosos Ensaiaadores) e sustentam (levam arcos alegóricos), o "bairrismo", objeto sagrado que é trazido desde os bairros até o centro da cidade². A energia emocional do ritual liberta-se na

2 O Bairrismo consistiria num sentimento individual e coletivo de grande afeição e identificação com o bairro próprio, geralmente em detrimento dos outros. É contemplado como um atributo negativo enquanto oposto ao "cosmopolitismo", mas em Lisboa representa um elemento central na categorização e representação de muitos processos e tradições urbanas. Ver Cordeiro e Costa, 1999.

explosão das festividades, que acaba com a separação entre interior e exterior, quando a presença estranha do bairrismo chega ao centro da cidade e desfila como uma energia positiva e desejável para nutrir o corpo frio e impessoal da cidade moderna. Aliás, a chegada dos marchantes ao centro da cidade, parece deixar para trás o seu canal aberto, uma abertura extraordinária, um portal que só naquela noite fica aberto e que comunica a cidade com os seus bairros: os lisboetas acudirão massivamente para os bairros típicos depois das Marchas para beber, cantar, dançar e ficar embebidos da "autenticidade" dos lisboetas bairristas. Assim, parece como se a possessão dramatizada da cidade central pelos arquétipos do bairrismo efetuara uma sutura temporal entre duas cidades consideradas antagónicas nas representações imaginárias desde o romantismo olisipográfico. A cidade nova – moderna - marcada pela reforma Pombalina e as suas evoluções oitocentistas (racional, ordenada, cosmopolita, autoritária) e o seu oposto, a cidade antiga – bairro (caótica, familiar, comunitária, popular), ficam conectadas durante umas horas anualmente, renovando neste ritual urbano a sua separação, mas também a sua dependência mútua. Neste sentido, é muito ilustrativo este fragmento do jornal *O Século* de 1952: *"Na noite de Santo António os bairros populares dominam e encantam Lisboa. Saem marchas dos bairros, a bailar, a cantar, e o mesmo sentimento de prazer empolga ricos e pobres, grandes e pequenos, como se alegria nivelasse todas as classes e gente de todas as condições. Os bairros entram no coração da cidade com glóbulos vermelhos de sangue de que as amplas e ruidosas artérias principais tanto precisavam. Trazem consigo a alegria maior que a humanidade pode alcançar: a alegria de viver a reconciliação com a vida (...). Já não são os bairros que passam: é uma cidade inteira, um povo, uma nação! (...). «Lá vai Lisboa!...»... Vai e fica - porque na noite de Santo António, quando passam as marchas bairristas, vamos todos com elas, presos e deslumbrados, como elas ficam - por uma noite que seja - nos nossos olhos e nas nossas almas"* (Cordeiro, 1995, 125). O lirismo do relato não poderia ser mais fiel às operações simbólicas que tinham lugar nessa noite: 1. A função renovadora da presença

dos bairros no centro da cidade, *“inundando de glóbulos vermelhos as suas artérias”*; 2. A evocação duma “unidade nacional” que estaria no fundo da identidade lisboeta *“como se alegria nivelasse todas as classes e gente de todas as condições”*.

É importante recordar que tradicionalmente, antes da domesticação folclorista do ritual durante o Estado Novo, era no Rossio e na Figueira que se concentravam as coletividades dos bairros e acabavam os festejos, lugares sempre considerados como o núcleo do povo apesar dos desejos das autoridades: *“O Rossio, como lugar tradicional do povo, que tão importante foi na fase das festas espontâneas, vai, nesta outra fase, perdendo importância em favor de lugares simbolicamente mais associados ao poder estatal -Terreiro do Paço- ou do governo racionalizador -Marquês de Pombal”* (Cordeiro, 1995, 143). Culminasse assim em um processo de redução e confinamento das Marchas Populares, que acabam por desfilar na Avenida da Liberdade e Restauradores, onde a paisagem de avenida aberta é mais pertinente pela lógica de desfile militar e mais tarde pelas necessidades da retransmissão televisiva. As autoridades e a população, desde este palco aberto, consomem coletivamente as mesmas imagens patrimoniais, legitimadas pela olisipografia, invocando, produzindo e encenando a cidade “autêntica” que se encontra escondida nos bairros. A excecionalidade festiva, caracterizada pela manipulação do espaço-tempo (todas as Lisboas são representadas duma vez, os bairros e o centro se cruzam) tem como finalidade executar uma tarefa simbólica, consistente em colocar em conexão o real e o imaginário. A peculiaridade do espaço-tempo festivo facilita a emergência daquelas forças emocionais e potencialidades sociais características dum período ritual, onde o sagrado passa a presidir exclusivamente o ato comunicativo quotidiano. A identidade cidadã lisboeta é o resultado desta operação ritual.

Conclusão

A conhecida reconstrução de Lisboa, depois do terramoto de 1755 inaugura uma nova era urbana: a era da cidade burguesa, que reconfigurará a organização contemporânea do espaço urbano, no seu aspeto físico, na sua composição social e na sua produção de imaginários. O Marquês de Pombal, aproveitando um grande desastre natural, abriu uma fissura na lógica semântica bipolarizada da cidade antiga entre o Rossio e o Terreiro do Paço, entre a cidade popular e a cidade do poder, criando as condições para uma segregação sócio-espacial caracterizada pela erosão do elemento popular no centro da cidade. O Rossio foi descarregado dos seus atributos populares, recebendo tanta atenção da nova ordem do social burguês como o Terreiro do Paço: as classes populares perdiam um território de referência para o seu encontro, lazer e representação pública. Paralelamente, os padrões de habitação popular ficaram dispersos pelos acampamentos depois do terramoto (futuros bairros periféricos) e pelos bairros ainda habitáveis fora da Baixa. Esta decomposição do antigo ordenamento sócio-espacial favoreceria o progressivo reconhecimento dos conflitos e as contradições da Era Burguesa numa nova dialética espacial, imaginada entre dois segmentos: a cidade nova burguesa e os bairros tradicionais. Segundo esta espacialização urbana narrada e praticada pelo romantismo olisipográfico, era possível localizar a “autenticidade” em áreas precisas da cidade: os bairros viriam a substituir o Rossio na representação simbólica da cidade antiga, típica e popular (ou seja, dos migrantes do mundo rural, dos despojados, e dos marginais desta nova era). Assim, desde oitocentos, manifestações populares como o Fado ou como as Marchas Populares - sempre originados na “autenticidade” dos bairros - enchem de conteúdos e significado os imaginários da cidade. As autoridades trataram de capturar constantemente estes atributos patrimoniais de raiz popular (imaginados nos Bairros), para legitimar os seus governos (sem dúvida habitantes da Cidade Moderna) já desde o Estado Cultural da Primeira República, mas sobretudo no regime fascista e nacionalista do Estado Novo. O propósito sempre foi o mesmo:

imaginar juntas as classes trabalhadoras e os burgueses, os despojados e os proprietários, numa “unidade nacional” que fingisse a inexistência de conflitualidade social, exploração e repressão. Assim, esta dialética sócio-espacial entre os bairros antigos e a cidade moderna contém no seu interior - e invisibilizada pelos detalhes folklóricos- a dialética de classes. Ainda hoje, uma festa (os Santos Populares) organiza anualmente a separação retórica entre os bairros e a cidade moderna com uma sutura temporal, reunindo todos os lisboetas numa celebração coletiva da sua identidade: Lisboa será uma cidade única por uma noite, evocando a lembrança impossível duma unidade orgânica perdida na noite dos tempos.

TEXTO DAS ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 : Detalhe da gravura de Georgius Braunius da cidade de Lisboa (*Civitatis Orbis Terrarum*, c. 1593) mostrando o Rossio (acima) e o Terreiro do Paço (em baixo).

Ilustração 2 : Primeira planta de Lisboa por João Nunes Tinoco (1647) onde aparece marcada com uma linha preta a Rua Nova d’El-Rey. No extremo esquerdo da imagem aparece a estrutura ortogonal do Bairro Alto.

Ilustração 3 : Plano da reconstrução de Lisboa por Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel (1758).

Ilustração 4 : Estrutura da Baixa antes do terremoto (esquerda); Nova Baixa Pombalina sobreposta à antiga estrutura medieval (Ribeiro dos Santos, 2000).

Ilustração 5 : Espaços urbanos centrais no início da nova bipolarização (produção própria)

Ilustração 6 : Vizinhos da Mouraria encenando o tema “Fado” nas Marchas de 1996 (Carlos Caseiro, 2003. *A Marcha é Linda*. Lisboa: Ideas & Rumos).

BIBLIOGRAFIA

- Barata Salgueiro Teresa, 2001, *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Brito Joaquim Pais de, 1994, (coord.), *Fado (Vozes e Sombras)*. Lisboa, Electa.
- Castelo Branco Fernando, 1980, *Breve História da Oisipografia*, Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa.
- Castilho Júlio de, 1937, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, Vol. X, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Cordeiro Graça Índias, Costa António Firmino da, 1999, “Bairros: contexto e intersecção”, in Velho, Gilberto (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Cordeiro Graça Índias, 1995, *Um bairro no coração da cidade. Um estudo antropológico sobre a construção social de um bairro típico de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- Cordeiro Graça Índias, 2001, “Trabalho e profissões no imaginário de uma cidade: sobre os tipos populares de Lisboa”, in *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Vol. V, 1, Lisboa, ISCTE.
- Cordeiro Graça Índias, 2007, “Entre a rua e a paisagem. Reflexões em torno da urbanidade de Lisboa”, in *Ler História, Dossier: Descrever a Cidade*, 52. Lisboa, ISCTE-IUL.
- Costa António Firmino da, 1991, “O ritual das marchas populares nas festas de Lisboa”, in AAVV, *Festas de Lisboa. Comissão Consultiva das festas de 1990*, Lisboa, Livros Horizonte. Coleção Cidade de Lisboa.
- Cunha Leal Joana, 2007, “Habitar a cidade nova: expectativas e apropriações de primeiro grau”, in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luís; Monteiro, Nuno Gonçalo; Rossa, Walter & Serrão, José Vicente (eds), *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Davidson Mark e Lees, Loretta, 2005, “New-build ‘gentrification’ and London’s riverside renaissance”, *Environmental and Planning A*, 37(7): 1165-1190.

- Dinis da Gama Henrique, 2005, *Baixa Pombalina. A luz obscura do iluminismo*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Ferreira Vítor Matias, 2004, *Fascínio da Cidade. Memória e projecto da urbanidade*. Lisboa, Centro de Estudos Territoriais (ISCTE-IUL) e Ler Devagar.
- França José-Augusto, 1980, *Lisboa: Urbanismo e arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Biblioteca Breve.
- França José-Augusto, 1962, *Lisboa pombalina e o iluminismo*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Glass Ruth, 1964, *London: Aspects of Change*, London, Center for Urban Studies. MacGibbon and Knee.
- Guardado da Silva Carlos, 2008, *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri.
- Harvey David, 2008, *París, capital de la modernidad*, Madrid, Ediciones Akal.
- Lousada Maria Alexandre, 2005, "Espacialidade em debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime", in *Ler História, Dossier: Cidades e espaços urbanos*, 48. Lisboa, ISCTE-IUL.
- McKellar Elizabeth, 1999, *The birth of modern London: the development and design of the city. 1660-1720*, Manchester, Manchester University Press.
- Malet Calvo Daniel, 2011, "A ver quem passa". *O Rossio. Processo social y dinámicas interactivas en una plaza del centro de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Antropologia Social, Barcelona, Universitat de Barcelona. <http://www.tdx.cat/handle/10803/80644>.
- Melo Daniel, 2003, "As Marchas Populares. A encenação da cidade de Lisboa", in Castelo Branco, Salwa El-Shawan e Freitas Branco, Jorge, (orgs.), *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Monteiro Claudio, 2008, "Escrever direito por linhas rectas", in Tostões, Ana & Rossa, Walter (coord), *Lisboa 1758. O Plano da Baixa hoje*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Ramos Rui, 2003, "A ciência do povo e as origens do estado cultural", in Castelo Branco, Salwa El-Shawan e Freitas Branco, Jorge, (orgs.), *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Ribeiro dos Santos Maria Helena, 2000, *A Baixa Pombalina. Passado e futuro*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Rodrigues Teresa, 1997, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Rossa Walter, Andrae Amélia, 1998, "La plaza Portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones", in Priego Fernández del Campo, Carmen (dir.), *La plaza en España e Iberoamérica: el escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal de Madrid.
- Serrão José Vicente, 2007, "Os impactos económicos do Terremoto", in Araújo, Ana Cristina; Cardoso, José Luís; Monteiro, Nuno Gonçalo; Rossa, Walter & Serrão, José Vicente (eds), *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Smith Neil, 1979, "Towards a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people", *Journal of the American Planning Association*, 45, 538-548.
- Vasconcelos José Leite de, 1982, [1936], *Etnografia Portuguesa- Tentame de sistematização*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.